

Sarney quer fazer seu sucessor

Mas diz que ainda é cedo para candidatos deflagrarem o processo

JULIO ALCANTARA

Entrevista a DILZE TEIXEIRA, da Editoria de Política

"Sou um político. Evidentemente não posso me automarginalizar do processo sucessório", declarou ontem o Presidente José Sarney em entrevista exclusiva ao CORREIO BRAZILIENSE, confirmando sua disposição de participar do processo de escolha do seu sucessor, nas eleições de 15 de novembro do próximo ano. Ele não revelou de que maneira será sua participação e evitou alongar-se neste assunto. "Considero prematuro o debate sucessório, mais ainda a sua deflagração", limitou-se a dizer encerrando o assunto.

Indiferente à avalanche de críticas em relação às dezenas de decretos que assinou, às vésperas da promulgação da nova Constituição, assegurou: "Apenas antecipei-me às novas normas constitucionais, utilizando-me, inclusive, da prerrogativa que me facultava a então Carta em vigor". Os ataques que vem recebendo neste sentido, resultam da ação daqueles que "sequer deram ao trabalho de lê-los, pois tudo que assinei está em absoluta consonância com a nova Constituição", disse o Presidente.

Sarney confessa sua preocupação com a resistência do processo inflacionário, mas descarta a adoção de qualquer choque. Segundo ele, a política do feijão-com-arroz, executada pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega "é a única exequível". Lembra que as outras já foram adotadas, sem sucesso. A expectativa do Presidente é que os efeitos da política econômica se farão sentir apenas no próximo ano. "Até março do próximo ano o processo inflacionário deverá estar revertido", prevê.

Foi durante o café da manhã, bem-disposto após uma caminhada de seis quilômetros e uma série de exercícios, que respondeu às seguintes perguntas:

— Presidente, o senhor disse, durante os trabalhos constituintes, que se a Constituição fosse aprovada como está, o País ficaria ingovernável. Vai ficar?

— O que eu disse foi que os constituintes deveriam evitar a ingovernabilidade do País. Muitas das críticas que fiz, foram consideradas. Os congressistas tiveram a prudência de deixar para as leis ordinárias e complementares muitos dos assuntos controversos. Adotaram, assim, uma sistemática que é do direito constitucional moderno a que aludiu o senador Afonso Arinos, em seu discurso. Basta ver que o Congresso Nacional terá que votar mais de 30 leis complementares e um número enorme de leis ordinárias para completar a obra dos constituintes.

— Com a perda de prerrogativas que o Executivo sofreu pela nova Carta, como o senhor pretende governar de agora em diante?

— Sempre defendi um Congresso forte com o sistema presidencialista de Governo. Desde meu primeiro pronunciamento sobre o mandato de cinco anos. Todas as minhas manifestações foram no sentido de termos um Congresso fortalecido, com poderes de fiscalização e co-responsável pelas ações do Governo. Isso importa também uma grande responsabilidade para o Poder Legislativo que a partir de agora terá a tarefa de participar, com responsabilidade do Executivo. Respondendo a sua pergunta: pretendo governar com o Congresso Nacional. Tenho não só uma longa tradição parlamentar como a postura pessoal de quem sempre compreendeu que o poder não é um gesto solitário e autoritário.

— O senhor tem dito, reitera-



Sarney e os últimos decretos: "Quem os criticou nem se deu ao trabalho de lê-los"

das vezes, que vai passar ao seu sucessor a casa arrumada. O Governo vem se esforçando para baixar a inflação sem sucesso, apesar da "operação desmonte" e das tentativas para reduzir o déficit público. Se até dezembro os índices continuarem ascendentes a política do feijão-com-arroz será mantida?

— A política que estamos adotando é a única exequível para combater as causas estruturais da inflação. As outras adotadas não tiveram sucesso. Espero que até março do próximo ano o processo inflacionário esteja revertido, resultado dessa política. O problema é que os preços relativos estão muito alterados. Há muita especulação, até em função dos boatos sobre um choque do qual não cogitamos. Um exemplo disto tive ontem. Vi uma nota fiscal da compra de um fichário onde constava um desconto promocional de 70% e a indicação de que o seu preço real era 30% do total. Mas com a economia indexada, embora a inflação seja indesejável para todos, a inflação mesmo alta está sendo suportável. Os salários são corrigidos com a URP (Unidade de

Referência de Preços).

— Mas mesmo com a economia indexada a correção salarial vem ocorrendo em níveis inferiores aos da inflação...

— O problema todo é a especulação desenfreada. O povo não pode se submeter à ganância dos especuladores, tem de fiscalizar, deixar de comprar aqueles produtos que claramente sabe que estão com os preços absurdamente majorados.

— Desde que assumiu a Presidência, o senhor vem propondo um pacto, entendimento, acordo, sem que sua pregação tivesse receptividade. Agora são os empresários e os trabalhadores que tomam a iniciativa, mas de fato não há nada de concreto. Como o senhor está vendo esse movimento? E de que forma os trabalhadores, empresários e o Governo podem participar para que essa proposta tenha êxito?

— Vejo essa mobilização como um grande passo que foi dado no sentido da maturidade. Demonstra o estágio avançado por empresários e trabalhadores, essa proposta de entendimento. Todas as democracias modernas são compactuadas. Os trabalhadores

podem colaborar participando da formulação da política econômica, os empresários também, cedendo em alguns pontos. Quanto ao Governo a disposição é apoiar na sua totalidade, aliás já vem colaborando na medida em que se esforça reduzindo o déficit público que no primeiro trimestre do ano sofreu uma redução de 0,75 do Produto Interno Bruto. Agora não posso dizer, objetivamente, como o Governo poderia participar pois como você mesmo disse, não há ainda nada de concreto.

— De que forma o Governo pretende interferir no processo de regulamentação da nova Constituição?

— Encaminhando ao Congresso Nacional os projetos de lei de iniciativa do Executivo. Vamos cumprir a Constituição e colaborar para que a regulamentação se faça no mais rápido espaço de tempo. Aliás, já temos um grupo de trabalho no Gabinete Civil com esse objetivo, antes mesmo da promulgação da Carta.

— O Governo agora vai partir para a formação de um bloco parlamentar de apoio? Ele será de caráter formal ou informal?

— Já dispomos de um grande grupo de apoio político. E agora, encerrados os trabalhos constituintes, que pela sua natureza estimulavam posições pessoais doutrinárias e o passionalismo, o Congresso Nacional volta a funcionar ordinariamente e, com ele, o bloco de apoio parlamentar do Governo constituído pela maioria do PMDB e do PFL.

— O senhor vem sendo violentamente atacado pelas dezenas de decretos que assinou, às vésperas da promulgação da nova Constituição. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

— A maioria dos decretos que assinei foi com o objetivo de antecipar-me às novas normas constitucionais. Disse que promulgada a Constituição seria seu primeiro cumpridor. O decreto criando a Secretaria de Assessoramento da Defesa Democrática, por exemplo, teve como objetivo ajustar a antiga secretaria ao novo Conselho de Defesa Nacional. Foi o caso também do SNI. O decreto nada mais objetiva que cumprir o disposto na nova Carta em relação ao órgão, prevendo, inclusive a aplicação do habeas-data. Não há absolutamente nada nos decretos que assinei nos últimos dias que não esteja em consonância com a legislação. Portanto, os ataques que me dirigem partem daqueles que sequer se deram ao trabalho de lê-los.

— E o caso das nomeações de centenas de funcionários, sem concurso público, hoje proibidas pela Constituição sem a aprovação do Legislativo?

— Neste caso, exerci uma prerrogativa que a legislação vigente me facultava. Contratar servidores em casos de excepcionalidade. As críticas são infundadas até porque meu Governo foi o que menos contratou, aliás reduziu significativamente o número de funcionários públicos. Não lembro de cabeça dos números, mas sei que essas contratações que autorizei não representam 25 por cento do total reduzido nos quadros da Administração Pública. E obedeci o critério da excepcionalidade. Na Fundação SESP, para que se tenha uma idéia, a situação era grave. Por falta de pessoal, de médicos, 15 hospitais estavam fechados, sem condições de funcionamento. O quadro era o mesmo na SUCAM. As contratações que autorizei não foram de última hora. Há mais de seis meses foram solicitadas, com exposição de motivos e tudo mais. Então exerci um direito que a lei me dava, não exorbitei nas minhas atribuições.

— No próximo ano teremos eleições presidenciais. Como o senhor pretende influir na escolha do seu sucessor?

— Considero inoportuno e prematuro a discussão em torno da sucessão presidencial e mais ainda, abrir esse debate. Mas sou um político, evidentemente, não posso me automarginalizar do processo sucessório.

— Se a eleição para Presidência da República fosse hoje, em qual dos candidatos o senhor votaria?

— Já respondi essa sua pergunta.

— Presidente, seu Governo já entrou na reta final. Se pudesse que coisas desse período o senhor mudaria?

— Em política lidamos com a realidade, não com abstrações. Os fatos são, na maioria das vezes, muito mais fortes do que a nossa vontade.

— O senhor estaria disposto a fazer tudo, outra vez?

— Sempre que esta pergunta é formulada as pessoas repetem que mudariam. Isso não é verdade. Nem os deuses mudariam seus destinos porque eles não são traçados.

Natureza terá programa

São Luís — O presidente José Sarney anunciou ontem pela manhã, em entrevista no aeroporto desta cidade, a criação na próxima semana de um programa governamental que envolverá todos os órgãos públicos e a sociedade em defesa do meio ambiente. Segundo o chefe do Governo "nas últimas décadas tem havido em nosso País uma grande ocupação predatória que vem destruindo a natureza".

O presidente Sarney aguardava a chegada do presidente da Venezuela Jaime Lusinchi, no aeroporto de Titiracal quando conversou com os jornalistas. Ao ser indagado das recentes queimadas em várias regiões do País ele confirmou a preocupação do Governo com o problema e anunciou o programa a ser lançado na semana que vem.

"Nós brasileiros temos que ter um olhar de grande preocupação com o nosso meio ambiente. Realmente nestas últimas décadas tem havido em nosso País uma grande ocupação predatória que vem destruindo a nossa natureza. É preciso um esforço conjunto, uma consciência nacional para que se possa preservar as riquezas e as belezas naturais de nosso País", acentuou o presidente Sarney.

O presidente falou também sobre a inflação e disse que o Governo está lutando tendo adotado medidas ortodoxas e heterodoxas na busca de caminhos. "A inflação não é fácil de ser vencida. Ela não é um fenômeno brasileiro, mas sim um fenômeno mundial e nós estamos procurando combater as causas estruturais da inflação e o fundamental era o problema do déficit público porque na medida em que o Governo gastava o que não podia ele era obrigado a lançar títulos e emitir moeda provocando um surto inflacionário".

Lembrou o Presidente, que "hoje nós podemos encerrar a metade do ano com apenas um déficit público de 0,75 por cento, o

que é um fato inédito em nossa história, com o combate dessas causas estruturais, com o fim do realinhamento de preços — que ainda está em situação tumultuada —, e por outro lado, no que se refere à especulação que diariamente provoca remarcações, sendo muitas delas indevidas, muito acima da inflação e que vêm puxando o nosso processo inflacionário. Com esse conjunto de providências eu acredito que até o fim do Governo nós tenhamos uma solução para o problema". Foi perguntado ao presidente Sarney sobre o resultado do plebiscito no Chile que buscou aferir a permanência ou não do presidente Augusto Pinochet por mais oito anos no poder. Ele respondeu que como é presidente da República não podia opinar sobre assuntos internos de outro país.

"Acho que foi uma manifestação da vontade do povo chileno", destacou. Indagado se esse resultado influenciaria no relacionamento do Chile com os países vizinhos, ele disse que "a América Latina vive um processo de democratização e o Brasil está na vanguarda desse processo".

No final da entrevista, o Presidente falou sobre o pacto social. Ele informou que ainda não escolheu um representante do Governo para participar das conversações e também integrar o grupo que elabora o pacto.

"Não escolhi nenhum nome, ainda estou esperando que eles possam formalizar o convite. Delimitar nossas atribuições dentro do grupo para eu fazer a indicação do representante. E posso dizer que o próprio Presidente da República é um entusiasta do pacto e acha que é uma grande etapa na história deste País, porque pela primeira vez nós vemos sentados à mesa patrões e empregados lutando pela solução de problemas comuns e que com a consciência de que não é só o Governo o culpado e o responsável por tudo".

Murad quer postura mais discreta

JOZAFÁ DANTAS, Da Editoria de Política

Quando reassumir as funções de secretário especial do presidente José Sarney, o economista Jorge Murad, ex-gerente de Sarney, vai manter um comportamento discreto, porque não quer mais aparecer como no início do Governo, quando mantinha uma posição contrária à política econômica que era desenvolvida pelo ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, e pelos seus sucessores. Para não se expor, Murad, segundo contam assessores do Palácio do Planalto, vai reduzir sua participação nas viagens do Presidente. Será uma espécie de operação silênciosa.

Jorge Murad está licenciado da função desde o início do mês de setembro, quando fez uma operação para corrigir um problema no joelho, contraindo devido um acidente de carro, nas ruas de Brasília, em maio. Até mesmo a cirurgia foi cercada de grande silênciosa, e alguns assessores ficaram sabendo através do presidente Sarney. Na semana passada, apoiado em muletas, Murad apareceu no Palácio do Planalto e trabalhou por três dias. Depois retornou a São Paulo, onde continua o processo de recuperação.

Apesar de trabalhar, Murad, de acordo com assessores, não interferiu na elaboração dos decretos que foram expedidos por Sarney antes da promulgação da Constituição. O secretário particular foi discreto. Somente para alguns assessores ele confidenciou que o consultor-geral da República, Saulo Ramos, seu amigo pessoal, não foi cuidadoso quando falou sobre o festival de decretos que o Governo adotaria para se antecipar à nova ordem constitucional. Saulo Ramos não fez nenhum comentário sobre a censura do amigo.



Jorge Murad

A separação judicial com Roseana Sarney não modificou o relacionamento entre Murad e o sogro. Mas, alguns assessores palacianos observam que o secretário ficou um pouco "inibido". Ele tem limitado sua frequência ao Palácio da Alvorada. "Sarney gosta muito de Murad", comenta um assessor, afastando os boatos sobre a sua saída da equipe do Governo. Para o seu lugar, segundo os comentários, viria Fernando Sarney, que é um conselheiro nas horas difíceis do Presidente. Ele é presidente da empresa de eletricidade do Estado do Maranhão, e vem a Brasília somente quando necessário.

Murad continua trabalhando para reduzir a participação do Estado na economia, através da privatização das empresas estatais, lembraram os assessores. Mas, o seu "cavalo de batalha" atualmente são as Zonas de Processamento de Exporta-

ção (ZPEs), que foram criadas recentemente pelo presidente Sarney e devem ser implantadas nos estados do Nordeste.

A posição discreta que vem sendo mantida por Murad contrasta com sua atuação no início do Governo Sarney. Ele foi o responsável pela queda do então ministro Dornelles, ao anunciar a inflação de 14 por cento registrada em agosto de 1985. Ele fez também o sucessor, com a convocação do empresário Dilson Funaro, que era o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Seu prestígio aumentou, já que tinha, indiretamente o controle da economia.

O poder de Murad começou a cair quando o economista Luiz Carlos Bresser Pereira substituiu Funaro. Bresser manteve distância do secretário, que não dava mais palpites nas medidas econômicas. Apesar de não ter mais influência no campo econômico, Murad controlava alguns ministérios. Esse fato ajudou a manter o seu prestígio por mais alguns meses.

Depois de perder o poder com a entrada de Bresser, outras adversidades começaram a acontecer. Veio a separação judicial com Roseana, apesar da oposição de Sarney. Em meio a esse conflito matrimonial, ele teve de enfrentar as acusações do ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, de que Murad estava envolvido nas corrupções do ministério. Antes de depor na CPI, Murad sofreu o acidente de automóvel. Depois, foi obrigado a se submeter à cirurgia. Talvez não tenha mais tempo de recuperar a posição perdida, já que com a promulgação da nova Constituição, o Governo Sarney vai apenas cumprir o estabelecido, porque já não há mais tempo para muita ação.